Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	
2.2 Resultados operacional e financeiro	15
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	16
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	17
2.5 Medições não contábeis	18
2.6 Eventos subsequentes as DFs	22
2.7 Destinação de resultados	23
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	25
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	26
2.10 Planos de negócios	27
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	29
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	30
5.2 Descrição dos controles internos	35
5.3 Programa de integridade	38
5.4 Alterações significativas	42
5.5 Outras informações relevantes	43

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas nesta seção 2, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a compreender as (i) as mudanças nas linhas principais das demonstrações financeiras entre os saldos do último e do penúltimo exercício social; e (ii) os principais fatores que explicam tais variações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia, ou em relação ao ativo total ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial da Companhia.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com os limites de crédito disponíveis são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios. Ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia melhorou os indicadores financeiros, conforme apresentado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia apresentou um Índice de Liquidez Corrente, calculado sendo a razão entre o ativo circulante e o passivo circulante, de 3,42 e 3,19, respectivamente. A variação de 31 de dezembro de 2022 frente a 2021 deve-se, significativamente, a aumento nos impostos a recuperar, instrumentos financeiro e contas a receber.

Para exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentou, respectivamente, um lucro líquido de R\$ 175,3 milhões e R\$ 127,8 milhões.

A Companhia apresentou um EBITDA de R\$ 191.894 mil e R\$ 144.965 mil nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. A Margem EBITDA foi de 10,8% e 13,9%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

PÁGINA: 1 de 43

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores acreditam que as métricas de lucro líquido e o crescimento do EBITDA e da Margem EBITDA apresentada demonstrem a melhora significativa de desempenho da Companhia alcançadas através de ganho de escala e melhor posicionamento tanto na venda como na compra.

A Companhia apresentou uma Dívida Bruta de R\$ 283.290 mil e R\$ 147.248 mil, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

A Companhia apresentou uma Dívida Líquida/Patrimônio Líquido de (0,05) e (0,21), em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

A Companhia apresentou uma Dívida Líquida/EBTIDA de (0,20) e (0,95), em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Os indicadores acima são considerados bons indicativos de desempenho pelos Diretores da Companhia, especialmente considerando o crescimento consistente nos últimos exercícios.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os Diretores acreditam que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	=200.0000.000	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(2022	2021		
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	490.767	302.289		
Capital próprio (patrimônio líquido)	958.392	652.838		
Capital total (terceiros + próprio)	1.449.159	955.127		
Parcela de capital de terceiros	33,87%	31,65%		
Parcela de capital próprio	66,13%	68,35%		

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$ 283.290 mil de financiamentos e empréstimos contratados, sendo que R\$ 95.326 mil foram classificados como circulante (ou seja, devidos no curto prazo). Na mesma data, a Companhia possuía R\$ 321.733 mil em caixa e equivalentes de caixa.

Os Diretores entendem que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a limites de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos nãocirculantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram endividamentos bancários de curto e longo prazos, bem como, nos últimos anos, geração de caixa operacional. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios e capital de giro, (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento. No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta a composição das contas de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) e opção de conversão de debêntures em ações da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2022 e a evolução dos respectivos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Modalidade	31/12/2022	Pagamentos empréstimos juros	Provisão de juros	Pagamentos empréstimos principal	Captações empréstimos	31/12/2021
Capital de giro	92.162	(17.114)	15.641	(273.542)	259.636	107.541
CDA/WA	-	(8.920)	8.920	(180.000)	180.000	-
Finame	191.128	(175)	5.304	(1.979	148.271	39.707
	283.290	(26.209)	29.865	(455.521)	586.898	147.248

Apresentamos abaixo os contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia e os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2022:

- Cédula de Crédito Comercial nº 40/07000-X com o Banco do Brasil S.A., datado de 02 de abril de 2015, no valor de R\$ 148.200,00 e com vencimento em 1º de abril de 2026, com garantia de alienação fiduciária de balança rodoviária "full eletronic", modelo SBR 2402 e número de série AS 8546, no montante global de R\$ 156.000,00, de propriedade da Companhia. Os juros remuneratórios são de 7,01% a.a. Liquidado, antecipadamente, ao longo de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato é de R\$ 0,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº 338.202.828 com Banco do Brasil S.A., datado de 26 de dezembro de 2018, no valor de R\$319.480,00 e com vencimento em 1º de janeiro de 2025, com garantia de alienação fiduciária dos seguintes bens (i) um sistema de automação Boa Safra-2, fabricado pela IBS Tecnologia EIRELI-EPP, no valor de R\$98.000,00; (ii) uma carreta de combate a incêndio, com capacidade de 10.500 Litros, modelo CARTBB 105 00 TD e número de série 10.37.422, no valor de R\$49.000,00; e (iii) uma balança rodoviária metálica, modelo M3132S3P1C0 e número de série SA9721, no valor de R\$ 210.000,00. Os juros remuneratórios são calculados com base na Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 133.117,00.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Cédula de Crédito Bancário nº 338.202.872 com Banco do Brasil S.A., datado de 19 de março de 2019, no valor de R\$ 2.200.000,00 e com vencimento em 1º de dezembro de 2025, com garantia de alienação fiduciária de bens que totalizam um montante de R\$ 2.500.000,00. Os juros remuneratórios são calculados com base na Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 955.438,00.
- Cédula de Crédito Comercial nº 40/06982-6 com o Banco do Brasil S.A., datado de 26 de março de 2015, no valor de R\$ 148.200,00 e com vencimento em 1º de março de 2025, com garantia de alienação fiduciária de balança rodoviária "full eletronic", modelo SBR 2402 e nº de série AS 8547, no valor de R\$ 156.000,00. Os juros remuneratórios são de 7,01% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 37.050,00.
- Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 40/08653-4 firmado com o Banco do Brasil S.A., datado de 07 de março de 2017, no valor de R\$ 2.090.115,00 e com vencimento em 01 de fevereiro de 2027, sem garantia. Os juros remuneratórios são de 9,92% a.a. Liquidado, antecipadamente, ao longo de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo devedor em aberto desse contrato é de R\$ 0.00.
- Cédula de Crédito Bancário nº 338.202.687 com o Banco do Brasil S.A., assinado em 27 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 11.747.112,00 e com vencimento em 1º de dezembro de 2029. Os juros remuneratórios são de 11,26% a.a., com garantia de: (i) alienação fiduciária de bens móveis e (ii) hipoteca cedular de primeiro grau dos imóveis objeto das matrículas nº 10.194 e nº 10.196, ambas do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Buritis/MG e de propriedade, respectivamente, de Marino Stefani Colpo e Camila Stefani Colpo. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 6.297.978,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº 18.2.0221.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, datado de 14 de agosto de 2018, no valor de R\$ 50.000.000,00 e com vencimento em 15 de agosto de 2023, com garantia de hipotecária de imóveis de propriedade da BSA Investimentos Ltda., Cerais Sul Indústria e Comércio Ltda., Agropecuária Gado Bravo Ltda e Colpo Agronegócios Ltda. Os juros remuneratórios são de 3,62% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 14.455.220,00.
- Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº EAI-2020/00105 com o Banco de Brasília S.A., datado de 03 de junho de 2020, no valor de R\$ 397.957,98 e com vencimento em 15 de junho de 2026, com garantia de penhor dos seguintes bens: (i) duas ensacadeiras do modelo *Big Bag* pesagem direta, com carrinho, no valor de R\$ 132.600,00; (ii) coletor de amostras de cereais, da marca Saur, modelo CAS 180/5960, no montante de R\$ 78.000,00; e (iii) equipamentos de aplicação Silomax, no valor de R\$ 187.357,98, todos a serem adquiridos com o financiamento. Os juros remuneratórios são de 8,25% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 276.302,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº EAI-2022/00010 com o Banco de Brasília S.A. BRB, datado de 20 de junho de 2022, no valor de R\$ 190.400.000,00 e com vencimento em 2 de junho de 2032, com finalidade de aquisição de um trator agrícola com garantia de Alienação Fiduciária de Máquinas (Objeto deste financiamento: Trator agrícola, marca Massey Ferguson, modelo MF4408. A Taxa Efetiva de Juros é de 7,03% a.a. com Taxa Bônus de Adimplência de 6,91% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto era de R\$ 196.285,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº EAI-2022/00002 com o Banco de Brasília S.A. BRB, datado de 06 de junho de 2022, no valor de R\$ 360.800.000,00 e com vencimento em 3 de maio de 2032, com finalidade de aquisição de dois tratores, marca Massey Fergunson, modelo MF 4280 XTRA; e de um Conjunto PAM600, marca BALDAN com garantia de Alienação Fiduciária das máquinas e equipamentos objetos deste contrato. A Taxa Efetiva de Juros é de 7,03% a.a., com

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Taxa Bônus de Adimplência de 6,91% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto era de R\$ 372.988,00.

- Cédula de Crédito Bancário nº EAI-2020/00033 com o Banco de Brasília S.A. BRB, datado de 28 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 3.552.000,00 e com vencimento em 1º de dezembro de 2025, com finalidade de implantação do sistema fotovoltaico de 1.244,40 Kwp e de uma subestação IMVA 34,5/08k, com garantia Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos (Kit Fotovoltaico WEG) A Taxa Efetiva de Juros é de 4,38% a.a., com Taxa Bônus de Adimplência de 4,30% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto era de R\$ 2.131.200,00
- Cédula de Crédito Bancário nº EAI-2020/00434 com o Banco de Brasília S.A. BRB, datado de 16 de setembro de 2022, no valor de R\$ 15.106.083,00 e com vencimento em 20 de setembro de 2032, com finalidade de ampliação da Unidade de Buritis-MG, composto por: obras civis, montagem elétrica industrial e a aquisição de uma ensacadeira e equipamentos. Com garantia hipotecária de imóveis de propriedade da Boa Safra Sementes S.A. e Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos (Três conjuntos de ensacadeiras de big bag, Equipamentos diversos). A Taxa Efetiva de Juros é de 12,20% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto era de R\$ 15.606.678,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº EAI-2020/00440 com o Banco de Brasília S.A. BRB, datado de 16 de setembro de 2022, no valor de R\$ 15.665.863,00 e com vencimento em 20 de dezembro de 2032, com finalidade da construção do CD de Sorriso-MT, com garantia hipotecária de imóveis de propriedade da Boa Safra Sementes S.A. e Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos (Conjunto industrial para produção de frio, estrutura metálica). A Taxa Efetiva de Juros é de 12,00% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto era de R\$ 16.185.008,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº EAI-2020/00437 com o Banco de Brasília S.A. BRB, datado de 16 de setembro de 2022, no valor de R\$ 9.059.759,00 e com vencimento em 20 de novembro de 2032, com finalidade de ampliação da UBS de Cabeceiras-GO, com garantia hipotecária de imóveis de propriedade da Boa Safra Sementes S.A. e Fiduciária de Máquinas e Equipamentos (Conjunto industrial para produção de frio, estrutura metálica e equipamentos diversos). A Taxa Efetiva de Juros é de 12,20% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto era de R\$ 9.359.987,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº EAI-2020/00626 com o Banco de Brasília S.A. BRB, datado de 30 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 41.000.000,00 e com vencimento em 20 de dezembro de 2032, com finalidade de construção da etapa 2 da unidade de armazenagem e beneficiamento de sementes de Uberlândia/MG Bestway. Com garantia de hipotecária de imóveis de propriedade da Boa Safra Sementes S.A. A Taxa Efetiva de Juros é de 12,53%a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto era de R\$ 41.000.000,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº EAI-2020/00516 com o Banco de Brasília S.A. BRB, datado de 14 de novembro de 2022, no valor de R\$ 29.918.089,00 e com vencimento em 20 de novembro de 2032, com finalidade de construção da UBS de Primavera do Leste-MT, com garantia de hipotecária de imóveis de propriedade da Boa Safra Sementes S.A. e Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos (Conjunto industrial para produção de frio, Painéis Exotérmicos, e uma Unidade de Tratamento de Sementes). A Taxa Efetiva de Juros é de 12,00% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto era de R\$ 30.254.378,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº 1033697 com o Banco Santander (Brasil) S.A., datado de 29 de janeiro de 2021, no valor de R\$ 10.000.000,00 e com vencimento em 04 de fevereiro de 2026, com garantia de alienação fiduciária de bens fungíveis estoque de mercadorias Safra

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2020/2021 na Quantidade de 4.557000 Kgs de Soja em Grãos, no Valor Total da Garantia de R\$ 12.000.000,00. Os juros remuneratórios são flutuantes sendo, CDI + 4,1528% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 7.916.667,00.

- Cédula de Crédito Bancário nº 1376755/4316/2021 com a Caixa Econômica Federal Caixa, datado de 19 de outubro de 2021, no valor de R\$ 7.319.762,00 e com vencimento em 24 de setembro de 2033, com Finalidade de Financiamento da Expansão da Unidade de Buritis. Garantia de Penhor Cedular de Máquinas/Equipamento no Valor de R\$ 7.319.762,00 e Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira Renda Fixa no Valor de R\$ 731.976,20. Os juros remuneratórios são de 7,00% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 7.928.554,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº 1376756/4316/2021 com a Caixa Econômica Federal Caixa, datado de 19 de outubro de 2021, no valor de R\$ 18.168.238,00 e com vencimento em 24 de setembro de 2033, com Finalidade de Financiamento da Expansão da Unidade de Cabeceiras. Garantia de Penhor Cedular de Máquinas/Equipamento no Valor de R\$ 18.168.238,00 e Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira Renda Fixa no Valor de R\$ 1.816.823,80. Os juros remuneratórios são de 7,00% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 19.679.308,00.
- Capital de Giro Pré-fixado nº 1441932/4316/2022 com a Caixa Econômica Federal Caixa, datado de 28 de abril de 2022, no valor de R\$ 15.000.000,00 e com vencimento em 25 de março de 2023, com Finalidade de Capital de Giro. Os juros remuneratórios são de 10,50% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 16.035.357,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº 187.202.122.187.348 1ª Liberação com o banco BNB Banco do Nordeste do Brasil, datado de 1º de agosto de 2022, no valor de R\$ 19.603.786,00 e com vencimento em 16 de fevereiro de 2032, com Finalidade de Financiamento da Expansão da Unidade de Jaborandi BA. Garantia Carta Fiança no Valor de R\$ 19.604.000,00. Os juros remuneratórios são de 6,27% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 20.067.470,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº 187.202.122.187.348 2ª Liberação com o banco BNB Banco do Nordeste do Brasil, datado de 13 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 16.356.927,00 e com vencimento em 16 de fevereiro de 2032, com Finalidade de Financiamento da Expansão da Unidade de Jaborandi BA. Garantia Carta Fiança no Valor de R\$ 22.702.935,00. Os juros remuneratórios são de 6,27% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 16.356.927,00.
- Cédula de Crédito Bancário CCB nº 603247 ADT com o banco BOCOM BBM, datado de 28 de novembro de 2022, no valor de R\$ 10.000.000,00 e com vencimento em 28 de novembro de 2023, com Finalidade de Capital de Giro. Os juros pós-fixados de CDI+1% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 10.126.660,00.
- Nota de Crédito à Exportação NCE nº 62.009/22 com o banco CCB CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO, datado de 25 de julho de 2022, no valor de R\$ 10.000.000,00, com vencimento em 19 de janeiro de 2023, com Finalidade de Capital de Giro para Exportação. Os juros remuneratórios são de CDI+1,3% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 10.605.285,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº 213.900.300.145 com o Banco Santander (Brasil) S.A., datado de 03 de março de 2022, no valor de R\$ 8.000.000,00 e com vencimento em 22 de fevereiro de 2023, com finalidade de Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor – FGPP -Safra/2021/2022, com garantia de Alienação Fiduciária de bens e penhor de soja – estoque de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

mercadorias Safra 2020/2021 na Quantidade de 4.064.396,90 Kg de Soja em Grãos no Valor Total da Garantia de R\$ 8.594.716,17. Os juros remuneratórios são de 14% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 8.890.490,00.

- Cédula de Crédito Bancário nº 213.900.300.153 com o Banco Santander (Brasil) S.A., datado de 03 de março de 2022, no valor de R\$ 8.000.000,00 e com vencimento em 21 de fevereiro de 2023, com finalidade de Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor FGPP Safra/2021/2022, com garantia de Alienação Fiduciária de bens e penhor de soja estoque de mercadorias Safra 2020/2021 na Quantidade de 3.758.410,17 Kg de Soja em Grãos no Valor Total da Garantia de R\$ 8.064.561,30. Os juros remuneratórios são de 14% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 8.887.299,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº 213.900.300.161 com o Banco Santander (Brasil) S.A., datado de 03 de março de 2022, no valor de R\$ 8.000.000,00 e com vencimento em 22 de fevereiro de 2023, com finalidade de Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor FGPP Safra/2021/2022, com garantia de Alienação Fiduciária de bens e penhor de soja estoque de mercadorias Safra 2020/2021 na Quantidade de 4.064.396,90 Kg de Soja em Grãos no Valor Total da Garantia de R\$ 8.594.716,17.Os juros remuneratórios são de 14% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 8.890.490,00.
- Cédula de Crédito Bancário nº 38.203.104 com o Banco do Brasil S.A., datado de 19 de maio de 2020, no valor de R\$ 444.000,00 e vencimento em 1º de junho de 2025, com garantia de alienação fiduciária de bens que totalizam um montante de R\$ 740.000,00. Os juros remuneratórios são calculados com base na Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais. Até 31 de dezembro de 2022, em virtude da ausência de disponibilidade de recursos do FCO (Fundo de Financiamento do Centro-Oeste), não houve desembolso por parte do Banco do Brasil S.A. do valor referente ao financiamento.
- Cédula de Crédito Bancário nº 338.203.105 com o Banco do Brasil S.A., datado de 19 de maio de 2020, no valor de R\$432.860,00 e vencimento em 01 de junho de 2025, com garantia de alienação fiduciária de bens que totalizam um montante de R\$ 721.434,00. Os juros remuneratórios são calculados com base na Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais. Até 31 de dezembro de 2022, em virtude da ausência de disponibilidade de recursos do FCO (Fundo de Financiamento do Centro-Oeste), não houve desembolso por parte do Banco do Brasil S.A. do valor referente ao financiamento.
- Cédula de Crédito Bancário nº 20/00014-6 com o Banco do Brasil S.A., datado de 23 de novembro de 2021, no valor de R\$ 24.000.000,00 e com vencimento em 07 de novembro de 2022, com garantia de penhor de soja em grãos no valor total da garantia de R\$5.500.000,00. Os juros remuneratórios são pré-fixados sendo, 9,00% a.a. Foi liquidado ao longo de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, não havia saldo devedor em aberto decorrente desse contrato.
- Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 106ª Emissão, em Série Única, lastreado em Direitos Creditórios CDC, Registro nº 32.696, com a Virgo Companhia de Securitização, datado de 27 de julho de 2022. O valor total da emissão é de R\$ 500.000.000,00, sendo R\$ 125.000.000,00 dos CRA 1ª Série. Os CRA 1ª Série têm prazo de 7.293 (sete mil, duzentos e noventa e três) dias, contados da data de emissão (vencimento final: 15/07/2042). Os juros remuneratórios são de CDI+3% a.a., pagos mensalmente. O valor do principal somente será liquidado ao final do contrato. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 125.862.402,00.
- Primeiro Aditamento ao Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 106ª Emissão, em Até 8 Séries, lastreado em Direitos Creditórios – CDC, com a Virgo Companhia de Securitização. Segunda Série de Emissão, os quais foram adquiridos conforme

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

o Boletim de Subscrição de Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA - ISIN nº BRIMWLCRA5U6, datado de 29/12/2022, no valor de R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) dos CRA 2ª Série. Assim, O montante máximo das Séries Adicionais é de até R\$ 235.000.000,00 (duzentos e trina e cinco milhões de reais). Os CRA 2ª Série têm prazo de 7.120 (sete mil, cento e vinte) dias, de forma que o vencimento final dos CRA ocorrerá em 15 de julho de 2042. Os juros remuneratórios são de CDI+3% a.a, pagos mensalmente. O valor do principal somente será liquidado ao final do contrato. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 140.087.534,00.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

Os Diretores da Companhia esclarecem, ainda, que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, a Companhia poderá estabelecer outras relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os Diretores da Companhia informam que alguns financiamentos possuem restrições impostas à Companhia com relação a alienação de ativos, transferência de controle e emissão de novos valores mobiliários. Além disso, os Diretores esclarecem que (i) não há restrição com relação à distribuição de dividendos; e (ii) não há índices financeiros que a Companhia seja obrigada a observar e que estejam previstos em contratos financeiros ou derivativos em vigor na data deste formulário de referência.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições contratuais.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha disponíveis linhas de crédito de financiamento e capital de giro junto aos Bancos (Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Votorantim, Caixa Econômica Federal, Banco Santander e Banco Bradesco) não utilizadas, no montante de R\$ 837 milhões. A

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

A receita operacional líquida da Companhia é resultante em sua maior parte da venda de sementes de soja, além de existir parcela que é representada por outros produtos (milho e feijão). Ela é compreendida pela receita bruta com as vendas deduzida de devoluções e impostos (ICMS, PIS e COFINS).

O custo dos produtos vendidos é compreendido por matéria-prima, royalties de tecnologia para melhoramento de sementes, frete, pessoal, depreciação e manutenção de equipamentos da indústria de atuação da Companhia e outros custos de produção menos representativos.

Despesas de vendas são compreendidas por comissões sobre a comercialização de sementes, custos de viagens da equipe comercial, bonificações a clientes para divulgação de produtos, despesas de marketing em geral, dentre outras despesas menos representativas.

Despesas administrativas e gerais são compreendidas por pessoal, despesas com informática, segurança, limpeza e conservação de escritórios, dentre outras menos representativas.

Receitas financeiras estão relacionadas a rendimentos com aplicações financeiras, variação cambial ativa, juros recebidos de clientes e instrumentos financeiros.

Despesas financeiras estão relacionadas a juros sobre empréstimos e financiamentos, a fornecedores e tarifas bancárias, dentre outros.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R\$ milhares, exceto %)	2022	AV	2021	AV	АН
Receita operacional líquida	1.771.465	100%	1.044.336	100%	69,63%
Custos dos produtos vendidos	(1.538.169)	-86,83%	(873.583)	83,65%	76,08%
Lucro bruto	233.296	13,17%	170.753	16,35%	36,63%
Despesas de vendas	(18.595)	-1,05%	(11.952)	1,14%	42,69%
Provisão para perdas esperadas	(78)	-0,00%	(66)	0,01%	18,18%
Despesas administrativas e gerais	(27.343)	-1,54%	(16.893)	1,62%	72,91%
Outras receitas operacionais	(744)	-0,04%	1.221	0,12%	-160,93%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos	186.536	10,53%	143.063	13,70%	30,39%
Receitas financeiros	49.722	2,81%	18.463	1,77%	169,31%
Despesas financeiras	(44.213)	-2,50%	(26.031)	2,49%	69,85%
Resultado Financeiro Líquido	5.509	0,31%	(7.568)	0,72%	-172,79%
Resultado antes dos impostos	192.045	10,84%	135.495	12,97%	41,74%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.344	-0,08%	657	0,06%	104,57%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(18.097)	-1,02%	(8.333)	0,80%	117,17%
Lucro líquido do exercício	175.292	9,90%	127.819	12,24%	36,14%

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.771.465 mil comparado a R\$ 1.044.336 mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 727.129 mil ou 69,63%. Este aumento decorre substancialmente de volume de vendas de sementes e grãos.

Com relação ao segmento de soja, a Companhia teve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 receita operacional líquida de R\$ 1.733.229 mil comparado a R\$ 995.175 mil no mesmo período de 2021, aumento de 74,16%. As receitas de outros segmentos representam R\$ 38.236 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, versus R\$ 49.161 mil no mesmo período de 2021, representando uma redução de 22,22% em 2022.

Custos dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (1.538.169) mil comparado a R\$ (873.583) mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 664.586 mil ou 76,08%. Este aumento decorre substancialmente no volume de compras de matérias-primas, royalties e aumento no quadro de pessoal. O custo dos produtos vendidos representou, 86,83% e 79,34% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 233.296 mil comparado a R\$ 170.753 mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$

PÁGINA: 10 de 43

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

62.543 mil ou 36,63%. Este aumento decorre substancialmente de volume de vendas de sementes e grãos.

Despesas de vendas

Despesas de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (18.595) mil comparado a R\$ (11.952) mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 6.721 mil ou 56,23%. Este aumento decorre substancialmente de ampliação na área de vendas. As despesas de vendas representaram 1,05% e 1,04% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Despesas administrativas e gerais

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 27.343 mil comparado a R\$ (15.813) mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$11.530 mil ou 72,91%. Este aumento decorre substancialmente de estruturação do Conselho de Administração, provisão de renda variável da Diretoria, provisão de outorga de opções via *stock options* e aumento no quadro de pessoal. Despesas administrativas e gerais representaram 1,54% e 1,51% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Outras receitas operacionais

Outras receitas operacionais/despesas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ (744) mil comparado a R\$1.221 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma redução de R\$(1.965) mil ou -160,93%. Esta redução decorre substancialmente de outras despesas não operacionais. Outras receitas operacionais representaram -0,04% e 0,12% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 186.536 mil comparado a R\$ 143.063 mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 43.473 mil ou 30,39%. Este aumento decorre substancialmente de volume de vendas de sementes e grãos. Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos, representou 10,53% e 13,70% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 49.722 mil comparado a R\$ 18.463 mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 31.259 mil ou 169,31%. Este aumento decorre substancialmente de rendimentos de aplicação financeiras, desconto por antecipação e variação positiva de instrumentos financeiros de derivativos. Receitas financeiras representaram 2,81% e 1,77% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 44.213 mil comparado a R\$ 26.031 mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 18.182 mil ou 69,85%. Este aumento decorre substancialmente de juros pagos sobre empréstimos, juros sobre capital próprio — JCP, ajuste a valor presente de clientes. Despesas financeiras representaram 2,50% e 2,49% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Resultado antes de impostos

PÁGINA: 11 de 43

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado antes de impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 192.045 mil comparado a R\$ 135.495 mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 56.550 mil ou 41,74%. Este aumento decorre substancialmente de no volume de vendas de sementes e grãos. O resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou 10,84% e 12,97% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi uma despesa de R\$ (16.753) mil comparado a uma despesa de R\$ (7.676) mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 9.077 mil ou 118,25%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do lucro, proveniente do aumento no volume de vendas de sementes e grãos. Imposto de renda e contribuição social representou 0,95% e 0,74% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Lucro do exercício

Lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 175.292 mil comparativamente a R\$ 127.819 no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 47.473 mil ou 37,14%. Este aumento decorre substancialmente no volume de vendas de sementes e grãos. Lucro do exercício representou 9,90% e 12,24% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				de
Ativo (em R\$ mil, exceto %)	2022	AV	2021	AV	АН
Circulante	959.476	66,19%	737.501	77,21%	30%
Caixa e equivalentes de caixa	254.739	17,57%	238.411	24,96%	7%
Títulos e valores mobiliários	66.994	4,62%	46.009	4,82%	46%
Contas a receber	254.570	17,56%	206.173	21,59%	23%
Estoques	126.730	8,74%	94.512	9,90%	34%
Instrumentos financeiros derivativos	50.749	3,50%	23.962	2,51%	112%
Adiantamentos a fornecedores	104.678	7,22%	83.736	8,77%	25%
Impostos a recuperar	64.236	4,43	26.867	2,81%	139%
Ativo fiscal corrente	20.218	1,39%	8.445	1%	139%
Outros créditos	16.562	1,14%	9.386	0,98%	76%
Não Circulante	489.997	33,81%	217.626	22,79%	125%
Outros créditos	485	0,03%	836	0,09%	-42%
Contrato entre partes relacionadas	-	-	0	0,00%	-
Impostos a recuperar	40.693	2,81%	37.444	3,92%	9%
Ativo fiscal diferido	-	-	0	0,00%	-
Imobilizado	437.120	30,16%	179.000	18,74%	144%
Bens de direito de uso	9.709	0,67%	-	-	-
Intangível	1.990	0,14%	346	0,04%	475%
Total do Ativo	1.449.473	100%	955.127	100,00%	52%

PÁGINA: 12 de 43

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				de
Passivo	2022	AV	2021	AV	АН
Circulante	292.281	20,16%	231.137	24,20%	25,46%
Fornecedores e outras contas a pagar	119.424	8,24%	78.502	8,22%	52,13%
Financiamentos e empréstimos	95.326	6,58%	89.169	9,34%	6,90%
Instrumentos financeiros derivativos	756	0,05%	3.283	0,34%	-76,97%
Passivo de arrendamento	3.849	0,27%	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	8.928	0,62%	2.311	0,24%	286,33%
Dividendos a pagar	3.067	0,21%	4.700	0,49%	-34,74
Obrigações tributárias	4.551	0,31%	1.640	0,17%	177,50%
Adiantamento de clientes	56.380	3,89%	51.532	5,40%	9,41%
Passivo não circulante	200.071	13,80%	71.152	7,45%	181,19%
Financiamentos e empréstimos	187.964	12,97%	58.079	6,08%	223,64%
Passivo de arrendamento	6.598	0,46%	-	-	-
Obrigações tributárias	-	-	0	0,00%	-
Passivo fiscal diferido	5.509	0,38%	13.073	1,37%	-57,86%
Patrimônio Líquido	821.758	56,69%	652.838	68,35%	25,87%
Capital social	429.726	29,65%	429.726	44,99%	0,00%
Reserva legal	16,625	1,15%	8.158	0,85%	103,78%
Reservas de incentivos fiscais	275.927	19,04%	131.024	13,72%	110,59%
Reserva de capital	1.182	0,08%	-	-	-
Reserva de lucros	98.299	6,78%	83.930	8,79%	17,12%
Participação de não controladores	135.363	9,34%	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	1.449.473	100%	955.127	100,00%	51,76%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante era de R\$ 959.476 mil, em comparação com R\$ 737.501 mil em 31 de dezembro de 2021, o que representou um aumento de R\$ 221.975mil ou 30%. Essa variação foi atribuída, substancialmente ao aumento nos impostos a recuperar, instrumento financeiro, outros créditos e títulos e valores mobiliários.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante era de R\$ 489.997 mil, em comparação com R\$ 217.626 mil em 31 de dezembro de 2021, o que representou um aumento de R\$ 272.371 mil ou 125%. Este aumento decorre substancialmente de no ativo imobilizado devido a expansão da Companhia.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante era de R\$ 292.281 mil, em comparação com R\$ 231.137 mil em 31 de dezembro de 2021, o que representou um aumento de R\$ 61.144 mil ou 26,45%. Este aumento decorre substancialmente nas contas de fornecedores, financiamentos e empréstimos e passivo de arrendamento.

Passivo não circulante

PÁGINA: 13 de 43

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo não circulante era de R\$ 200.071 mil, em comparação com R\$ 71.152 mil em 31 de dezembro de 2021, o que representou um aumento de R\$ 128.919 mil ou 181,19%. Este aumento decorre substancialmente de passivo de arrendamento e financiamentos e empréstimos.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido era de R\$ 957.121 mil, em comparação com R\$ 652.838 mil em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma variação de R\$ 304.283 mil ou 46,61%. Este aumento decorre substancialmente de reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
(em R\$ mil, exceto %)	2022	2021	АН
Caixa líquido gerado (utilizado nas atividades operacionais)	33.315	(89.658)	137%
Caixa líquido (utilizado nas atividades de investimento)	(109.827)	(153.896)	-29%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	92.840	448.559	-79%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	16.328	205.005	-92%

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 33.315 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a um caixa líquido utilizado nas atividades operacionais de R\$ 89.658 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento de R\$ 122.973 mil ou 137% é justificado, substancialmente, por juros sobre empréstimos e arrendamentos, valor justos dos contratos futuros e estoques, e variações do ativo e passivo.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 109.827 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$153.895 mil utilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esta redução nas atividades de investimentos perfez R\$ 44.069 mil ou 29% e é justificada substancialmente por adições do ativo imobilizados, aportes de terceiros por controlada e recebimento pela venda de participação em investida.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 92.840 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 448.559 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esta redução de R\$ 355.719 mil é justificada substancialmente por empréstimos e financiamentos pago no período.

PÁGINA: 14 de 43

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita é originada, substancialmente, da venda de produção de sementes de soja, sementes de soja tratada e soja em grão, uma parcela bem menor de nossa receita é originada da venda de sementes de feijão e sementes de milho.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

O principal impacto foi oriundo do aumento de produção e de venda, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, vendemos 136 mil *big bags* de sementes de soja de 1000 kg, frente a 104 mil *big bags* no mesmo período de 2021, representando um aumento de 32 mil de volume ou 30,7%.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

O principal produto de venda é a semente de soja, a qual é correlacionada ao preço da soja em grão. A soja em grão é um produto cotado em dólar com cotação e variação de preços internacionais. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia obteve um aumento médio no preço de soja de 10,6% em relação ao mesmo período de 2021, este aumento foi um fator relevante no aumento da receita.

O aumento de 23% no preço da semente de soja, combinado ao aumento de 30,7% no volume de produção, fez com que a receita da Companhia aumentasse substancialmente, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a receita foi de R\$ 1.771.465 mil, um aumento de 69,6% em relação ao mesmo período de 2021 no qual a receita foi de R\$ 1.044.336 mil.

O volume de vendas de sementes que recebem tratamento industrial (TSI), em 2022, negociado pela Boa Safra, cresceu 80%. Registramos também uma forte expansão de sementes baseadas em biotecnologia, com crescimento de mais de 48% em relação a 2021. Dos 48 cultivares no portfólio da Boa Safra, 18 têm biotecnologia embarcada. Vale ressaltar que o crescimento do volume TSI e do de biotecnologia foi muito superior ao volume total vendido pela companhia em 2022. Alcançamos um total de 136 mil de *big bags* – 30,7% mais que no ano anterior.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 os custos administrativos aumentaram 73% em relação ao mesmo período do ano passado, saltando de R\$ 15.813 mil em 2021 para R\$ 27.343 mil em 2022. Parte deste aumento se deve ao aumento da equipe com as novas unidades e centros de distribuição da Companhia. A variação do preço da saca de soja – referência Porto de Paranguá - teve uma média anual, em 2022, de US\$ 36,66 contra US\$ 31,55 em 2021, o que representa uma variação de 16,2%. Contribuiu também para o resultado operacional e financeiro da Companhia a apreciação regular cambial.

PÁGINA: 15 de 43

Formulário de Referência – 2023 – Boa Safra Sementes S.A. **2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases**

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

No último exercício social, a Companhia não identificou nenhum impacto significativo de mudanças em suas práticas contábeis.

O CPC 47/IFRS 15, CPC 48/IFRS 9, ICPC 22/IFRIC 23 e CPC 06(R2)/IFRS 16 CPC 40/IFRS 7, CPC 09, CPC 15(R1)/IFRS 3, CPC 26/IAS1, CPC 32/IAS12, CPC 26/IAS1, CPC 23/IAS 8, CP01 (R1)/IAS36 não impactaram significativamente as informações financeiras da Companhia.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi emitido sem opiniões modificadas e/ou ênfases.

PÁGINA: 16 de 43

Formulário de Referência – 2023 – Boa Safra Sementes S.A. **2.4 Efeitos relevantes nas DFs**

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

introdução ou alienação de segmento operacional (a)

Não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

constituição, aquisição ou alienação de participação societária (b)

Não houve, no último exercício social, quaisquer eventos de constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve, no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

PÁGINA: 17 de 43

Formulário de Referência – 2023 – Boa Safra Sementes S.A. **2.5 Medições não contábeis**

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

Nos dois últimos exercícios sociais, a Companhia divulgou, conforme aplicável, as seguintes medições não contábeis:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em milhares de reais)	2022	2021	
EBITDA	191.894	144.965	
Margem EBITDA	10,83%	13,88%	
Dívida Bruta	283.290	147.248	
Dívida Líquida	(38.443)	(137.172)	
Dívida Líquida/EBITDA	(0,20)	(0,95)	
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	(0,04)	(0,21)	
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	18,31%	19,58%	

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23de junho de 2022 ("**Resolução CVM nº 156**").

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a IFRS e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares, pois não é afetado por variações de taxa de juros, imposto de renda e contribuição social nem depreciação e amortização. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM nº 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM nº 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM nº 156.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta é calculada somando os Financiamentos e empréstimos (passivo circulante) e Financiamentos e empréstimos (passivo não circulante). A Dívida Líquida é a Dívida Bruta subtraídos de Caixa e Equivalentes de Caixa.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de endividamento em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a IFRS, não possuem um significado padrão e não podem ser comparadas com a Dívida Bruta e a Dívida Líquida elaboradas por outras empresas.

Dívida Líquida Sobre EBITDA

PÁGINA: 18 de 43

2.5 Medições não contábeis

A Dívida Líquida Sobre EBITDA é uma medida não contábil que consiste na divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA.

A Dívida Líquida Sobre EBITDA não é uma medida de endividamento em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a IFRS, não possui um significado padrão e não pode ser comparada com a Dívida Líquida Sobre EBITDA elaborada por outras empresas.

Dívida Líquida Sobre Patrimônio Líquido

A Dívida Líquida Sobre Patrimônio Líquido é uma medida não contábil que consiste na divisão da Dívida Líquida pelo Patrimônio Líquido.

A Dívida Líquida Sobre Patrimônio Líquido não é uma medida de endividamento em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a IFRS, não possui um significado padrão e não pode ser comparada com a Dívida Líquida Sobre Patrimônio Líquido elaborada por outras empresas.

Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE)

O Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (*return on equity*) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia que é obtido da razão do lucro líquido pelo patrimônio líquido.

O Retorno Sobre Patrimônio Líquido não é uma medida de lucro ou desempenho em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a IFRS, não possui um significado padrão e não pode ser comparado com o Retorno Sobre Patrimônio Líquido elaborado por outras empresas.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)	Exercício socia 31 de deze	
	2022	2021
Lucro líquido do período	175.292	127.819
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	16.753	7.676
(+) Resultado financeiro, líquido	(5.509)	7.568
(+) Depreciação e amortização	5.358	1.902
EBITDA	191.894	144.965
Receita operacional líquida	1.771.465	1.044.336
Margem EBITDA	10,83%	13,88%

PÁGINA: 19 de 43

Formulário de Referência – 2023 – Boa Safra Sementes S.A. **2.5 Medições não contábeis**

Dívida Bruta e Dívida Líquida

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(em milhares de reais)	2022	2021
Financiamentos e Empréstimos (passivo circulante)	95.326	89.169
Financiamentos e Empréstimos (passivo não circulante)	187.964	58.079
Dívida Bruta	283.290	147.248
(-) Caixa e equivalentes de caixa	321.733	284.420
Dívida Líquida	(38.443)	(137.172)

Dívida Líquida sobre EBITDA

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)	2022	2021
Dívida Líquida	(38.443)	(137.172)
EBITDA	191.894	144.965
Dívida Líquida/EBITDA	(0,20)x	(0,95)x

Dívida Líquida Sobre o Patrimônio Líquido

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)	2022	2021
Dívida Líquida	(38.443)	(137.172)
Patrimônio Líquido	957.121	652.838
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	(0,04)x	(0,21)x

ROE

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(em R\$ mil, exceto %)	2022	2021
Lucro líquido do período	175.292	127.819
Patrimônio líquido	957.121	652.838
ROE	18,31%	19,58%

motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

2.5 Medições não contábeis

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são medidas alternativas que contribuem a uma compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, porque mostram o lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social. Tais indicadores são utilizados pela Companhia para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis que não têm efeito no seu fluxo de caixa, sendo usados internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia.

Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA são uma ferramenta de comparação importante, que ajuda a Administração a tomar decisões. Além disso, a Administração usa o EBITDA para estabelecer as metas de desempenho, enquanto muitos investidores, agências de classificação e analistas financeiros consideram o EBITDA um indicador de desempenho.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Companhia entende que a Dívida Líquida e a Dívida bruta são uteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa, uma vez que considera ativos líquidos como caixa e equivalentes de caixa com recursos para possíveis amortizações da Dívida Bruta.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade a outros negócios semelhantes ao da Companhia. A Companhia utiliza esse índice para avaliar seu grau de alavancagem em relação a comparativos de mercado.

Dívida Líquida Sobre EBITDA

A Companhia utiliza esse índice para aferir quanto tempo levaria para realizar o pagamento de sua dívida líquida.

Apesar de ser uma medida não contábil, este índice é comumente utilizado pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo a comparação com negócios semelhantes ao da Companhia.

Dívida Líquida Sobre Patrimônio Líquido

A Companhia utiliza esse índice para aferir quanto a Companhia está financiando suas operações por meio de dívida ou recursos próprios.

Apesar de ser uma medida não contábil, este índice é comumente utilizado pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo a comparação com negócios semelhantes ao da Companhia.

ROE

A administração da Companhia entende que essa medida não contábil ajuda na compreensão do efetivo retorno sobre todo o patrimônio líquido da Companhia.

Formulário de Referência – 2023 – Boa Safra Sementes S.A. **2.6 Eventos subsequentes as DFs**

2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Não há eventos subsequentes às informações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Formulário de Referência – 2023 – Boa Safra Sementes S.A. **2.7 Destinação de resultados**

2.7 - Destinação de resultados

	2022
a. regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), estabelece que 5% do lucro líquido será destinado à constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social da Companhia. Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia prevê que 100% do saldo remanescente após a destinação do lucro líquido à reserva legal, à reserva para contingências e ao pagamento do dividendo obrigatório será destinado à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Expansão".
a.i. valores das retenções de lucros	A administração da Companhia propõe a aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 27 de abril de 2023 ("AGOE"), da seguinte destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022: (i) R\$8.466.713,55 a serem destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R\$144.902.167,61 a serem destinado à reserva de incentivos fiscais; (iii) R\$1.596.538,98 a serem distribuídos aos acionistas em forma de dividendos; e (iii) R\$14.368.850,81 a serem destinados à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Expansão".
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	A destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme proposta da administração a ser deliberada pela AGOE, contempla a destinação dos seguintes percentuais em relação ao lucro líquido total: (i) 5% a serem destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 85,6% a serem destinados à reserva de incentivos fiscais; (iii) 0,9% a serem distribuídos aos acionistas em forma de dividendo; e (iv) 8.5% a serem destinados à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Expansão".
b. regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social prevê que pelo menos 10% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do conselho de administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o conselho de administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.

Formulário de Referência – 2023 – Boa Safra Sementes S.A. **2.7 Destinação de resultados**

	2022
e. política de destinação de resultados	Durante o exercício de 2022, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- (a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)
- (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura venda e compra de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

PÁGINA: 25 de 43

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) natureza e o propósito da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

PÁGINA: 26 de 43

Formulário de Referência – 2023 – Boa Safra Sementes S.A. **2.10 Planos de negócios**

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No ano de 2022, a Companhia realizou investimentos totalizando R\$ 239.310 mil. Deste valor, (i) R\$ 26.627 mil foram destinados a aquisição de terrenos; (ii) R\$ 133.198 mil foram destinados a obras em andamento. (iii) 40.749 mil referem-se a adiantamentos a fornecedores para aquisição de imobilizados; (iv) R\$ 34.418 mil foram destinados à aquisição de controlada; e (v) R\$ 4.318 mil foram destinados para outras aquisições.

A Companhia expandiu os seus negócios aumentando sua capacidade produtiva de 130 mil *big bags* para 170 mil *big bags*, ampliando as linhas de beneficiamento com a aquisição de novos maquinários, aumentando seu portfólio com novas variedades de sementes e tipos de tratamento e beneficiamento industrial, bem como expandindo sua área de atuação intensificando sua presença nas regiões onde já atua e atuando em novas regiões.

Nos próximos anos, além do crescimento orgânico, a Companhia pretende realizar aquisições estratégicas e oportunísticas visando a sua expansão.

Assim, a Companhia pretende, nos próximos cinco anos, além de finalizar a construção da UBS de Jaborandi, adquirir e/ou construir mais quatro novas UBS nas regiões onde a Companhia atua, bem como em novas regiões. A Companhia entende que o mercado em que atua é altamente pulverizado, com diversos produtores de sementes de pequeno e médio porte, apresentando boas oportunidades de consolidação.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos realizados pela Companhia são financiados por meio de geração do próprio caixa operacional e financiamentos.

Além disso, a Companhia utilizar parte dos recursos decorrentes da oferta pública inicial de ações da Companhia para financiar aquisições estratégicas e oportunísticas.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Nesta data, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em janeiro de 2022, a Companhia anunciou, via comunicado ao mercado, a aquisição de um terreno para a construção de um Centro de Distribuição – CD de Sorriso em Mato Grosso. Após a sua construção o CD poderá ter capacidade de armazenagem de até 40.000 *big bags*.

Em fevereiro de 2022, a Companhia finalizou a obra de expansão da UBS de Buritis, adicionando aproximadamente mais 10.000 *big bags* de capacidade instalada a planta, totalizando capacidade instalada de até 50.000 *big bags*.

Em março de 2022, a Companhia concluiu a obra de expansão da UBS de Cabeceiras em Goiás, adicionando 20.000 *big bags* de capacidades instalada, totalizando capacidade instalada total de aproximadamente 60.000 *big bags*.

Ainda em março de 2022, a Companhia anunciou, via comunicado ao mercado, o início das obras de um Centro de Distribuição – CD em Balsas no Maranhão. Após a sua construção o CD poderá

2.10 Planos de negócios

ter capacidade de armazenagem de até 40.000 *big bags* em posições refrigeradas (~1.000 kg cada), sendo 20.000 *big bags* para a primeira fase da obra.

Em abril de 2022, a Companhia informou, via comunicado ao mercado, o início da construção da UBS de Primavera do Leste, no Mato Grosso. O terreno de Primavera possui 294 mil m² e está localizado na Rodovia MT-130. Após a conclusão da obra da 1ª linha, poderão ser produzidas e estocadas até 20.000 *big bags* em posições refrigeradas (~1.000 kg cada).

Em julho de 2022, a Companhia anunciou, via comunicado ao mercado, a conclusão das obras de um Centro de Distribuição – CD em Sorriso no Mato Grosso. Após a sua construção o CD poderá ter capacidade de armazenagem de até 40.000 *big bags* em posições refrigeradas (~ 1.000 kg cada), sendo 20.000 *big bags* para a primeira fase da obra.

Em setembro de 2022, a Companhia anunciou, via comunicado ao mercado, a aquisição de 2/3 do capital social da Bestway Seeds, empresa de *tolling* de milho, com duas UBSs totalizando uma capacidade instalada de 1,3 milhão de sacas.

A Companhia tem a intenção de expandir seus negócios por meio da construção de novas plantas (UBSs e CDs) e de aquisições estratégicas e oportunísticas. No entanto, na presente data, não havia nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos contratados que poderiam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia que ainda não tenham sido divulgadas neste item.

- (c) novos produtos e serviços
- (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

- (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviçosNão aplicável.
- (d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Não aplicável, tendo em vista que não há, atualmente, quaisquer oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia estritamente relacionadas a questões ASG.

PÁGINA: 28 de 43

- Formulário de Referência 2023 Boa Safra Sementes S.A. **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**
 - 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 2.

5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

Em 15 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), aplicável à todas as áreas da Companhia.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos é baseado (mas não se limita) no COSO-ERM e integrado às metas e objetivos estratégicos de negócios da Companhia. Ao adotar tais procedimentos, a Companhia espera os seguintes benefícios: (i) consolidar os princípios e diretrizes a serem seguidos em todas as atividades associadas ao gerenciamento de riscos; (ii) mensurar riscos e oportunidades para auxiliar na prevenção de crises e problemas; (iii) garantir maior transparência em relação aos riscos que a Companhia está sujeita e estratégias de mitigação; (iv) difundir a cultura de gestão de riscos em todos os níveis da Companhia; (v) elevar o nível de maturidade em gestão de riscos da Companhia; (vi) tomar de decisões de negócio mais consistente; e (vii) contribuir para a busca da excelência na gestão empresarial.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1. deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa impactar suas atividades e operações de forma negativa. Esses riscos são categorizados em quatro grupos de natureza distintas, considerando fatores internos e externos:

- <u>Riscos Estratégicos</u>: são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.
- <u>Riscos Operacionais</u>: são aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio como, por exemplo, marketing, vendas, comercial; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e relações sindicais.
- <u>Riscos Tecnológicos</u>: é a possibilidade de uma determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.
- <u>Riscos de Conformidade</u>: são os riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, do Código de Ética e Conduta e das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Após a identificação dos riscos e a classificação nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima, a Companhia realiza a sua avaliação. Esta etapa contempla o cálculo do impacto e da probabilidade de ocorrência dos riscos. Um dos elementos utilizados nesta avaliação é a matriz SWOT, que indica as principais ameaças, fraquezas, fortalezas e oportunidades que podem impactar as atividades da Companhia.

Após a avaliação, a Companhia prioriza e define o limite de cada risco, classificando-os de acordo com os seguintes parâmetros:

- <u>Risco Inaceitável</u>: riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar o componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência.
- <u>Risco Inesperado</u>: riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer.
- <u>Risco Provável</u>: riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.
- <u>Risco Aceitável</u>: Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.
- Após a definição do limite de risco, a Companhia formula uma resposta adequada ao risco, de acordo com sua criticidade. As opções compreendem:
- <u>Eliminar</u>: eliminar totalmente o risco, protegendo os objetivos da Companhia e dos impactos associados ao risco.
- <u>Transferir</u>: transferir o risco a terceiros por meio de contratos de seguros, terceirização de operações e atividades.
- <u>Reduzir/Gerir</u>: reduzir parcialmente a exposição ou adotar ações pontuais visando minimizar potenciais impactos.
- <u>Aceitar</u>: assumir os impactos potenciais do risco e respectivas oportunidades.

O processo de gerenciamento de risco da Companhia também inclui: (i) atividades de controle, que compreendem normas e procedimentos elaborados para assegurar que as diretrizes e os objetivos definidos pela Companhia para minimizar ou eliminar seus riscos sejam cumpridos; e (ii) plano de ação, que representam o conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados.

O processo de gerenciamento de riscos prevê o monitoramento constante dos riscos para avaliação de sua qualidade, atualização e implementação de novos controles.

Especificamente em relação aos riscos descritos no item 4.3, a Companhia destaca que adota, em especial, as seguintes práticas de gerenciamento:

 Risco de crédito. Com o intuito de mitigar o risco de crédito para os contratos futuros realizados com produtores rurais, realiza uma seleção criteriosa de seus produtores considerando quesitos como histórico de pontualidade das entregas das matérias-primas,

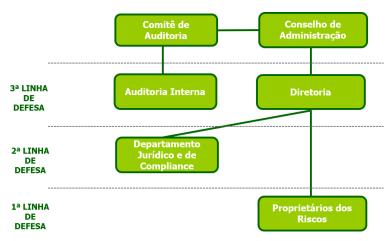
tempo de relacionamento comercial com o produtor e previsão da colheita. A Companhia também realiza o acompanhamento da lavoura desde o seu plantio até a colheita por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas da Companhia. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em virtude da diversificação da carteira de produtores e dos procedimentos que monitoram esse risco; e

Risco de preço de commodities. Dentre as práticas adotadas, a Companhia destaca o uso de operações de mercado futuro com preço fixo, como ferramentas de proteção contra oscilações de preços dos produtos. As operações de compra e venda de sementes e produtos processados são casadas, utilizando ferramentas de proteção de preço fixo. Tradicionalmente a Companhia possui um hedge natural na original da matéria-prima para produção de sementes, no mesmo período que são realizadas as vendas a seus clientes, também acontece a compra de matéria-prima junto aos produtores integrados. Isso minimiza consideravelmente a exposição a flutuação do preço da commodities. Eventualmente na impossibilidade de aquisição da matéria-prima a Companhia utiliza instrumentos financeiros para mitigação de variação. Adicionalmente, em sua operação, a Companhia tem a política de não contrair empréstimos em dólar, tendo em vista a grande flutuação do câmbio nos últimos anos, reduzindo consideravelmente a nossa necessidade de hedge cambial.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

As seguintes estruturas organizacionais da Companhia estão diretamente envolvidas no controle de gerenciamento de riscos: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Diretoria; (iv) Área de Auditoria Interna; (v) Departamento Jurídico e de Compliance; e (vi) Proprietários dos Riscos (integrantes das áreas de negócios).

O gerenciamento de riscos segue o modelo de três linhas de defesa do COSO-ERM, conforme disposto no organograma abaixo:



Nesse contexto, compete ao Conselho de Administração:

- definir os objetivos estratégicos da Companhia, que nortearão o trabalho de identificação dos riscos;
- (ii) acompanhar as ações de gerenciamento dos riscos conforme direcionamento de negócios da Companhia;
- (iii) determinar o apetite e tolerância aos riscos;
- (iv) aprovar as políticas e diretrizes de risco, limites de exposição e impactos propostos;

- fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;
- (vi) avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações e cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados; e
- (vii) disponibilizar e alocar os recursos necessários para gerenciamento de risco.

Compete ao Comitê de Auditoria, além do previsto em seu regimento específico:

- (i) recomendar a inclusão, avaliação e priorização na matriz de riscos da Companhia;
- (ii) recomendar ao Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação;
- (iii) acompanhar ações de implementação de planos de ação mitigatórios;
- (iv) reportar suas conclusões ao Conselho de Administração;
- (v) acompanhar e estimular o desenvolvimento de estruturas e mecanismos de proteção de riscos;
- (vi) propor alterações na Política de Gerenciamento de Riscos e submetê-las ao Conselho de Administração;
- (vii) monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de risco aprovados; e
- (viii) avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades.

Compete à Diretoria:

- (i) atualizar a matriz de riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes;
- (ii) estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade;
- (iii) avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e aos limites apresentados pelos proprietários dos riscos e recomendar ações de respostas;
- (iv) acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos riscos considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;
- (v) adotar riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e
- (vi) disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia.

Compete à Auditoria Interna própria, cujas atividades são reportadas ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria:

- avaliar a confiança das informações, revisar a efetividade e a eficiência das operações, salvaguardar os ativos assegurando o cumprimento das leis, regulamentos e contratos;
- (ii) examinar o sistema de controles internos provendo à administração uma avaliação sobre sua efetividade; e

(iii) assessorar a Diretoria e o Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, monitorando, examinando, avaliando, informando e recomendando melhorias de adequação no ambiente interno.

Compete ao <u>Departamento Jurídico e de Compliance</u>, responsável pelas funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos na Companhia, e cujos membros não desempenham atividades operacionais:

- (i) mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos, além de garantir os respectivos controles para mitigar os riscos identificados;
- (ii) acompanhar e sugerir melhorias de controles internos nas áreas operacionais; e
- (iii) reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações podem agravar o ambiente de controles.

Compete aos Proprietários dos Riscos (integrantes das áreas de negócios):

- identificar os fatores de riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos;
- (ii) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para análise;
- (iii) apresentar percepção quanto à exposição ao risco;
- (iv) sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade;
- (v) cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- (vi) comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
- (vii) dar cumprimento ao plano de ação.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que consegue monitorar os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, exercendo a priorização das atividades de avaliação de riscos, através de tarefas exercidas pelo Conselho de Administração, pelo Comitê de Auditoria, pela Diretoria, pela área de Auditoria Interna, pelo Departamento Jurídico e de Compliance, e pelos proprietários dos riscos. A Companhia acredita, ainda, que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos, que têm o objetivo de fornecer garantia razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e à preparação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras. Como exemplos das práticas e controles internos adotados pela Companhia, podemos citar:

- Utilização do sistema SAP, que permite uma gestão eficiente de todas as suas atividades operacionais e gerenciais, com foco em um desempenho equilibrado nos processos corporativos;
- Reconciliação das contas contábeis;
- Processos mensais de fechamento contábil;
- Adoção de sistemas de aprovação por alçada; e
- Segregação de funções e aprovação de pagamentos por mais de uma pessoa.

Por esse motivo, a Companhia entende que os controles internos adotados são adequados ao tipo de atividade e o volume de transações que realiza, e asseguram a confiabilidade e precisão das informações constantes de suas demonstrações financeiras.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

O acompanhamento das principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis fica a cargo dos seguintes órgãos, cujas responsabilidades específicas para este processo estão destacadas abaixo:

- Departamento de Contabilidade: responsável por realizar o levantamento de dados no sistema SAP e enviar os relatórios de fechamento para o Departamento de Controladoria;
- Departamento de Controladoria: responsável por validar os relatórios de fechamento e gerenciar as demonstrações financeiras e contábeis;
- Departamento Jurídico e de Compliance: responsável por acompanhar e sugerir melhorias de controles internos nas áreas operacionais, e por reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações podem agravar o ambiente de controles; e

5.2 Descrição dos controles internos

 Diretoria de Administração e Controle e Diretoria Financeira: responsável pela revisão e validação do relatório de demonstrações financeiras, após a validação técnica pelos Departamentos de Contabilidade e Controladoria.

Além disso, no contexto da abertura de capital e listagem no segmento do Novo Mercado, a Companhia instituiu o seu Comitê de Auditoria, órgão colegiado de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração, que avalia a independência, a qualidade e a efetividade dos serviços prestados pelos auditores independentes, dispondo de autonomia operacional e dotação orçamentária para o desempenho de suas funções.

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, a Companhia também instituiu uma Área de Auditoria Interna, que será responsável por submeter para revisão e aprovação do Comitê de Auditoria, pelo menos anualmente, um plano de auditoria interna. O plano de auditoria interna será composto de um cronograma de trabalho para o ano fiscal/calendário seguinte, utilizando metodologia baseada em riscos.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria da Companhia é responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes.

Conforme o disposto no item 3.2.2 do seu Regimento Interno, na execução de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria mantém relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria, as auditorias interna e independente e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, visando a garantir a eficiência dos controles internos, estão: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) supervisionar as atividades da auditoria independente; (iii) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iv) acompanhar as atividades da auditoria interna e de controles internos da Companhia (função exercida pelo Departamento Jurídico e de Compliance); (v) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos; (vi) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas; e (vii) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e (viii) aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente.

Além disso, conforme mencionado no item 5.3(b) acima, a Diretoria Administrativa e Financeira participa do processo de revisão e validação do relatório de demonstrações financeiras, após os trabalhos desempenhados pelos Departamentos de Contabilidade e Controladoria.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

5.2 Descrição dos controles internos

Anualmente os Auditores Independentes emitem o relatório de "Comunicação de Deficiências de Controles Internos" como resultado do entendimento dos controles internos que consideram relevantes para o processo de auditoria, com a finalidade de identificar e avaliar riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras. O propósito deste trabalho é estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria para fins de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras e não para fins de expressar uma opinião ou conclusão sobre os nossos sistemas contábil e de controles internos.

A Companhia obteve o relatório circunstanciado referente à auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e não foram identificadas pelos auditores independentes deficiências significativas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que, no relatório circunstanciado referente à auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas pelos auditores independentes deficiências significativas.

PÁGINA: 37 de 43

5.3 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- (a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública
- (i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia

No contexto da abertura de capital, a Companhia elaborou Código de Ética e Conduta ("Código de Ética") visando reforçar seu compromisso com a disseminação de uma cultura de integridade e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético. O Código de Ética trata, entre outras matérias, sobre as regras de conduta em relação à Administração Pública.

O Código de Ética, aprovado pelo Conselho de Administração em 15 de outubro de 2020, define a missão, visão, princípios e valores da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como: (i) o cumprimento de leis e regulamentos, com normas específicas sobre o combate à corrupção; (ii) segurança da informação; (iii) conflito de interesses; (iv) relacionamento com a sociedade e o meio ambiente; e (v) medidas disciplinares aplicáveis aos casos de violação.

Além disso, os riscos relacionados a integridade são analisados periodicamente como parte do Risco de Conformidade (conforme item 5.1(b)(i) acima).

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

As seguintes estruturas organizacionais estão envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Diretoria; e (iv) Departamento Jurídico e de Compliance.

- Compete ao Conselho de Administração aprovar as políticas, diretrizes e procedimentos de integridade;
- Compete ao Comitê de Auditoria: (a) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; e (b) receber reportes periódicos do Departamento Jurídico e de Compliance sobre as denúncias recebidas através do Canal de Ética e as investigações conduzidas, deliberando sobre as medidas disciplinares aplicadas aos casos de descumprimento, quando necessário;
- Compete à **Diretoria** promover elevados padrões éticos e de integridade na Companhia
 e de uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os colaboradores, a
 importância dos procedimentos de integridade e o papel de cada um no processo; e
- Compete ao Departamento Jurídico e de Compliance, dentre outros:
 - Tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Ética e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia;
 - Propor novas normas ou políticas relacionadas ao programa de integridade ou a revisão das já existentes;

- Avaliar a concessão de brindes, presentes, hospitalidades ou entretenimento acima dos limites estabelecidos no Código de Ética;
- Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Ética; e
- Apurar e tratar as comunicações recebidas através do Canal de Ética, garantindo o anonimato do denunciante e práticas de não retaliação, encaminhando suas conclusões ao Comitê de Auditoria para a determinação das medidas disciplinares aplicáveis.

É assegurado ao Departamento Jurídico e de Compliance a autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições. Para tanto, a instância conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico da Companhia, quando necessário.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código de Ética da Companhia foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2020.

 se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, funcionários, estagiários e aprendizes.

Além disso, o Código de Ética orienta os colaboradores da Companhia a, sempre que possível, transmitirem os princípios e normas ali contidos para terceiros, inclusive fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, clientes, intermediários, representantes ou demais terceiros contratados pela Companhia ou qualquer outra pessoa, entidade ou autoridade com quem a Companhia se relacione.

 se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Companhia implementará, por meio do Departamento Jurídico e de Compliance, um plano de treinamentos, de periodicidade mínima anual, a todos os seus colaboradores, para qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Ética. O comparecimento aos treinamentos será obrigatório e a presença será controlada através de meios adequados.

Além disso, no momento da contratação, os colaboradores da Companhia recebem uma cópia do Código de Ética e assinam o Termo de Ciência e Comprometimento, anexo ao documento, pelo qual declaram que irão cumprir fielmente o seu conteúdo.

 as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Qualquer colaborador que violar as previsões do Código de Ética, das demais políticas e procedimentos da Companhia, ou a legislação aplicável, estará sujeito a aplicação das seguintes medidas disciplinares: (i) advertência oral e/ou escrita; (ii) suspensão; e (iii)

PÁGINA: 39 de 43

rompimento do contrato de trabalho (com ou sem justa causa); (iv) tomada de medidas legais relacionadas à restituição dos danos; e (v) quando for o caso, comunicação dos fatos às autoridades competentes.

Caso as violações tenham sido praticadas por terceiros, a Companhia poderá determinar as medidas contratuais cabíveis, incluindo o eventual encerramento do relacionamento profissional, além de se resguardar ao direito de buscar eventuais medidas judiciais cabíveis contra os envolvidos.

 órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2020 e pode ser consultado nos seguintes endereços eletrônicos: www.cvm.gov.br e www.ri.boasafrasementes.com.br.

(b) canal de denúncia

A Companhia possui um canal de denúncias, intitulado Canal de Ética, por meio do qual todos os colaboradores e terceiros podem reportar dúvidas, suspeitas ou violações ao Código de Ética, às demais políticas e procedimentos adotados pela Companhia ou a qualquer lei ou regulamento a ela aplicável.

(i) canal de denúncias interno ou a cargo de terceiros.

O Canal de Ética da Companhia é gerido por empresa independente.

(ii) canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou somente de empregados

O Canal de Ética está aberto para o recebimento de denúncias de colaboradores e terceiros, de forma gratuita, pelos seguintes meios:

- Website: www.contatoseguro.com.br/boasafra
- Telefone: 0800 900-9292

(iii) mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O Canal de Ética assegura a confidencialidade das informações recebidas e possibilita o anonimato daqueles que prefiram não se identificar.

Nos termos do seu Código de Ética, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra o denunciante que tenha feito uma comunicação de boa-fé, ainda que ao final seja considerada improcedente. Eventual retaliação é considerada uma violação ao Código de Ética, sujeitando os infratores às medidas disciplinares cabíveis.

(iv) órgão responsável pela apuração de denúncias

O Departamento Jurídico e de Compliance é responsável pelo recebimento, avaliação e tratamento das denúncias recebidas através do Canal de Ética. Após as apurações necessárias, o Departamento Jurídico e de Compliance reporta os resultados ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, é o responsável por determinar as medidas disciplinares aplicáveis a cada caso, se necessário.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não tem conhecimento de denúncias, nos últimos três anos, relacionadas a atos contra a administração pública (conforme determina o artigo 5º da Lei 12.846/2013) ou relacionados à quebra de integridade, como suborno, fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, crimes econômicos, improbidade ou qualquer outra violação dessa natureza em seu nome ou benefício

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativasFormulário de Referência – 2023 – Boa Safra Sementes S.A.

5.4 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia. Além disso, no contexto da abertura de capital, a Companhia elaborou e formalizou seu Código de Ética e sua Política de Gerenciamento de Riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 5.